

# I CONGRESSO NACIONAL DE PRÁTICAS DE ENSINO NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA



## PLANEJAMENTO COLABORATIVO: UMA ESTRATÉGIA FORMATIVA NA EDUCAÇÃO INFANTIL INCLUSIVA

I Congresso Nacional de Práticas de Ensino na Educação Inclusiva, 1ª edição, de 01/08/2024 a 02/08/2024  
ISBN dos Anais: 978-65-5465-106-6

**CORRÊA;** Andreia Mauren <sup>1</sup>, **SCHNEIDER;** Gislaine Aparecida de Castro Schneider<sup>2</sup>, **SILVA;** Sandra Salete de Camargo Silva <sup>3</sup>

### RESUMO

Esse estudo está vinculado ao Programa de Pós-Graduação, Mestrado Profissional em Educação Inclusiva (PROFEI), ao Espaço de Estudos e Pesquisas em Educação, Direito e Inclusão (EPEDIN/GEPPRAX) da Universidade Estadual do Paraná - Campus União da Vitória e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Ao falarmos sobre Educação Infantil inclusiva, logo pensamos em ações que desenvolvam todas as crianças em sua plenitude, respeitando as suas singularidades e o seu direito a uma primeira infância de qualidade. Para isso, faz-se necessário refletir no ato de planejar, contemplando práticas educacionais inclusivas que possibilitem atingir os objetivos para o desenvolvimento global dos/as educandos/as. Desse modo, nossa pesquisa apresenta como problemática a verificação de como o planejamento colaborativo, sendo uma estratégia formativa dos/as professores/as, pode contribuir para a promoção de uma educação infantil inclusiva.

Para responder à problemática acima mencionada, temos como objetivo central compreender o planejamento colaborativo como contribuinte para o processo formativo dos/as profissionais da educação infantil na perspectiva de uma educação infantil inclusiva. Para atingirmos o objetivo consideramos fundamental contextualizar a educação infantil e a educação especial em uma perspectiva de educação inclusiva; Apresentar por meio dos estudos bibliográficos a importância da formação continuada e em serviço, para os profissionais da educação, visando abordagens e estratégias que evidenciem práticas inclusivas recorrendo ao planejamento colaborativo.

Este estudo terá uma abordagem qualitativa, neste contexto Minayo (2009) afirma que a abordagem qualitativa se preocupa com as ações e relações humanas (ciências sociais) que não podem ser calculadas como na pesquisa quantitativa (com equações, médias e estatística). Como encaminhamento metodológico optou-se pela pesquisa bibliográfica com respaldo teórico nos/as autores/as que abordam os temas: infância, desenvolvimento infantil, educação infantil inclusiva, formação de professores/as e planejamento/trabalho colaborativo. Dentre estes/as citamos: Àries; Teodoro; Kramer, Libâneo; Damiani.

Estabelecendo um diálogo com os/as pesquisadores/as acima citados/as e amparando-se na legislação que orienta o trabalho nas instituições de Educação Infantil, é que será tecida as reflexões acerca da temática. Nesse contexto, buscou-se abordar a historicidade da infância e a sua importância, destacando algumas conquistas e direitos obtidos, assim como a garantia da educação infantil como primeira etapa da educação básica. Para iniciar é relevante pontuar que a criança nem sempre foi vista como sujeito de direitos e em desenvolvimento, e que essa fase não era vista como importante e nem reconhecida como nos dias de hoje. Philippe Àries, estudioso francês e renomado historiador, trouxe em suas pesquisas uma nova perspectiva e concepção de infância. O autor menciona que as crianças antes eram vistas como mini adultos assim que apresentavam independência motora para contribuir com os trabalhos manuais dos mais velhos, já agiam e vestiam-se como tal, como podemos presenciar em alguns registros de pinturas em retratos da época (Àries, 2021).

<sup>1</sup> UNESPAR, andreia.correa@yahoo.com

<sup>2</sup> UNESPAR, gislaine.mstrandaprofei@gmail.com

<sup>3</sup> UNESPAR, sandra.salete@unespar.edu.br

Segundo estudos de Teodoro (2013) alguns registros apontam que iniciou-se na Europa, em meados do século XVIII, o processo de acolhimento das crianças em instituições religiosas para serem cuidadas enquanto suas mães tomavam conta de atividades domésticas. No final desse mesmo século, os primeiros sinais de escolarização infantil ocorrem pela necessidade de as mulheres operárias precisarem deixar suas crianças (de diversas idades) com outras mulheres para cuidados essenciais e alimentação. O mesmo autor, ainda cita que o aparecimento das primeiras creches (termo de origem francesa que significa berço) ocorreu por volta do ano de 1840 atendendo crianças de até 5 anos de idade, com a atribuição de cuidar e alimentar. Como uma das consequências da Segunda Guerra Mundial houve o aumento das creches, assim oportunizando a criação das creches particulares para atender os/as filhos/as das mulheres que tiveram de assumir o lugar de muitos homens nas fábricas, e com esse aumento de creches notou-se a necessidade de criar regulamentações (Teodoro, 2013).

No Brasil, a Constituição de 1988 é a primeira legislação a sinalizar direitos sociais e individuais de todos/as a uma vida digna, sem preconceitos e desigualdades. Assim, mediante essa regulamentação maior é que foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9394 de 1996) trazendo normativas que regem a Educação Básica, e na seção II, artigos 29, 30 e 31 destaca a Educação Infantil como a primeira etapa da educação básica, que visa o desenvolvimento integral das crianças de 0 até 6 anos e que a matrícula deve ser oferecida em creches e pré-escola mediante acompanhamento do desenvolvimento das crianças sem a intenção de promoção. Outra legislação que fortalece os direitos da criança e destaca a importância de respeitar a infância é a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, a qual dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), com normativas relacionadas aos direitos fundamentais: à vida e à saúde, à liberdade, ao respeito e à dignidade, à convivência familiar e comunitária, à educação, à cultura, ao esporte e ao Lazer, à profissionalização e à proteção no trabalho, entre outros (Brasil, 1990).

A partir desses documentos de base legal, consideramos o direito da criança à Educação Infantil, assim como o direito da criança com deficiência à educação e à inclusão, desse modo, sendo um marco para a democratização do acesso à Educação. Dessa maneira, há possibilidade de superar algumas barreiras excluidentes em nossa sociedade, dando visibilidade aos sujeitos pertencentes a essa faixa etária, assim como promovendo a inclusão das crianças com deficiência na escola e na sociedade (Kramer, 2021).

Neste cenário, surge o movimento de uma Educação Infantil Inclusiva, onde busca-se através da legislação fortalecer a Educação Infantil em uma perspectiva inclusiva. A LDB 9396/96 específica que a modalidade educação especial deve ser oferecida, preferencialmente, na rede regular de ensino desde a educação infantil, atendendo as crianças com necessidades especiais garantindo o direito de acesso e permanência, assegurando professores com especialização adequada para o atendimento especializado e capacitação dos profissionais do ensino comum (Brasil, 1996, seção II, artigos 58 e 59). Porém o que ainda observa-se é a carência, nas instituições de ensino, de práticas pedagógicas efetivas e universalistas para o pleno desenvolvimento infantil. Desse modo, é indispensável que as instituições da educação sejam reformuladas enquanto organização, para atender a demanda do seu público. Uma das estratégias que pode contribuir é criar espaços formativos no ambiente escolar para que os profissionais possam construir a sua “comunidade de aprendizagem” onde consigam decidir e aprender em conjunto sobre o trabalho desenvolvido na sua escola. Compreendendo que essa organização da escola é um dos caminhos para promover o desenvolvimento pessoal e profissional dos/as professores/as e equipe da instituição, construindo, transformando e formando os profissionais que ali atuam através desse fortalecimento das trocas e do diálogo. Nesse sentido, a equipe gestora passa a possuir um papel mediador e mais decisivo sobre a articulação do trabalho docente (Libâneo, 2008).

Complementando essa reflexão, é necessário articular o trabalho colaborativo entre os profissionais da educação, visando promover a criação da “comunidade de aprendizagem” nos espaços escolares. Desse modo, é que o trabalho colaborativo, como afirma Damiani (2008), se constitui quando o coletivo da escola trabalha primando pelos mesmos objetivos, com o apoio mútuo, estabelecendo uma relação de paridade entre os profissionais e corresponsabilidade. Analisando a configuração sugerida a que se refere sobre o trabalho colaborativo na escola, considera-se que a estratégia deve ser utilizada para que essa colaboração de fato ocorra nos ambientes escolares, utilizando o planejamento como meio para efetivar essa ação.

Nesse segmento, o planejamento escolar é uma das tarefas primordiais no fazer docente, pois é onde os/as professores/as preveem e sistematizam as suas ações contempladas nos objetivos que visam a aprendizagem centrada em seus/suas alunos/as (Libâneo, 2017). Portanto, Capellini; Zerbato (2019) afirmam que é durante o planejamento em conjunto, que os/as professores/as podem refletir sobre a sua prática, definir papéis e responsabilidades na prática, avaliar o que funcionou ou não durante as atividades, assim como aceitar

<sup>1</sup> UNESPAR, andreia.correa@yahoo.com

<sup>2</sup> UNESPAR, gislaine.mestranda@profiei@gmail.com

<sup>3</sup> UNESPAR, sandra.salete@unespar.edu.br

sugestões e compartilhar experiências. Acredita-se na validade dessas ações em conjunto na escola, através de um planejamento colaborativo na Educação Infantil, e que o mesmo beneficia a todos/as, crianças com ou sem deficiência.

Com os estudos sobre a trajetória histórica da Educação Infantil e da Educação Especial verificou-se importantes mudanças sobre a concepção de infância, o desenvolvimento da criança, seus direitos e o processo educacional na perspectiva inclusiva. Vimos a relevância de políticas que garantam o acesso e permanência de todas as crianças, com ou sem deficiência, assim como, a suma importância de profissionais da educação estarem em constante formação nos ambientes escolares, assim ampliando os conhecimentos. Evidenciamos, nesse sentido, a necessidade de mudança em relação à organização das instituições da primeira infância, para a efetivação do desenvolvimento das “comunidades de aprendizagem” como forma de formação continuada e em serviço que visando atender as demandas existentes nas instituições. De modo a proporcionar momentos de fortalecimento de um trabalho colaborativo através do planejamento escolar para todas as crianças.

Para concluir, as pesquisas relacionadas as práticas colaborativas sinalizam que o planejamento realizado em forma colaborativa entre a equipe escolar, pode auxiliar a atingir os objetivos para o desenvolvimento integral das crianças. Pois auxiliam os profissionais envolvidos a refletir sobre as especificidades dos/as alunos/as, encontrando soluções para a elaboração de uma prática pedagógica mais inclusiva.

## Referências

- ARIÉS, Phillippe. **História social da criança e da família**. 3. ed, Rio de Janeiro: Editora LTC, 2021.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1988.
- BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil** Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: Brasília – DF, 23 dez. 1996.
- CAPELLINI, V. L. M. F. ZERBATO, A. P. **O que é ensino colaborativo?** 1 ed. São Paulo: Edicon, 2019.
- DAMIANI, M. F. **Entendendo o trabalho colaborativo em educação e revelando seus benefícios**. Curitiba, PR: UFPR, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/er/a/FjYPg5gFXSffFxr4BXvLvyx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em : 22 de mar de 2024.
- KRAMER, S. **Educação como Resposta Responsável**: Conhecer, acolher e agir. Campinas: Papirus, ebook digital, 2021.
- LIBÂNEO, J. C. **Didática**. São Paulo: Cortez, 2017.
- LIBÂNEO, J.C. **Organização e gestão da escola**: teoria e prática. 5 ed. Goiânia: MF Livros, 2008.
- MINAYO, M. C. de S. O desafio da Pesquisa Social. IN: MINAYO, M. C. de S., DESLANDES, S. F., GOMES, R. (ORGs). **Pesquisa Social**: Teoria, método e criatividade. 28 ed. Petropolis, RJ: Vozes, 2009.
- TEODORO, Wagner Luis Garcia. **O desenvolvimento infantil de 0 a 6 e a vida pré-escolar**. 2013. Disponível em: <https://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/wagnerpsico.pdf>. Acesso em: 15 de mar. 2024.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação Infantil, Inclusão, Planejamento, Práticas colaborativas, Formação de professores/as

<sup>1</sup> UNESPAR, andreia.correa@yahoo.com

<sup>2</sup> UNESPAR, gislaine.mestranda.profei@gmail.com

<sup>3</sup> UNESPAR, sandra.salete@unespar.edu.br